

Eleon - Brasil

## Convivência difícil, mas viável

Depois do salto da inflação de 9,94% em maio para 24,83% em junho, o governo conseguiu manter a inflação razoavelmente controlada em um nível abaixo de 30% até o último mês de agosto. Revertendo agilmente a política posta em prática durante a curta existência do Plano Verão, o governo restabeleceu a indexação, passou a praticar uma política agressiva com relação às taxas de juro e adotou a firme orientação de evitar a deterioração das reservas cambiais, que haviam caído para pouco mais de US\$ 5 bilhões ao fim do primeiro semestre.

Ajudada por uma boa safra agrícola, essa nova política funcionou, apesar das advertências de economistas de que seria impossível manter a inflação relativamente estável ainda que em um patamar tão elevado, como já mostrara a experiência do passado. Mas, na realidade, não restava ao governo outra alternativa. Em fim de mandato e às vésperas das eleições presidenciais, as autoridades monetárias se esforçaram, sobretudo, em afastar o clima de pessimismo, alimentado por previsões catastrofistas de que o País caminhava, inexoravelmente, para uma hiperinflação.

O fato é que não se pode negar que essa tá-

tica permitiu evitar o pior. Apesar dos surtos de especulação com o dólar e com ativos de risco, as autoridades monetárias conseguiram deter a dolarização que ameaçava dominar o mercado. Paralelamente com a introdução do controle do câmbio e com a decisão do governo de suspender os pagamentos previstos aos bancos credores, exceto aqueles relativos a linhas comerciais e de curto prazo, e com a continuidade de um bom desempenho da conta de comércio, verificou-se uma apreciável recuperação das reservas cambiais, que, no início de agosto, alcançaram US\$ 6,5 bilhões, segundo as últimas informações oficiais.

As autoridades aproveitaram o período para tomar também medidas corretivas, como o realinhamento de preços administrados, principalmente tarifas de serviços públicos e os preços dos combustíveis, sem que isso levasse a uma exacerbação inflacionária indesejável e que poderia vir a atuar como um fator de perturbação durante a campanha para

a realização do tão ansiado pleito presidencial de 15 de novembro.

Dentro desse quadro, o resultado preliminar da coleta de preços nas últimas quatro semanas do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio e Belo Horizonte constituiu uma decepção. A pesquisa sinaliza uma inflação da ordem de 35,1% em setembro. Embora se esperasse que a inflação deste mês apresentasse um resultado superior ao de agosto (29,34%), um avanço de cinco pontos percentuais de um mês para outro reacende os temores de que os índices de preços possam, daqui para a frente, evoluir aos saltos, embora esteja excluída a hipótese de que o País resvale para a hiperinflação.

O governo encontra-se em uma situação reconhecidamente difícil e o principal desafio com que se defronta é evitar que se crie um clima de insegurança como o que se observou ao término do Plano Verão. Ao que se informa, o governo não pretende, porém, mudar a linha. O

ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, não acredita, por exemplo, que os altos rendimentos do "overnight" estejam criando um "efeito riqueza" que atua como pressão sobre o consumo. Ele reafirma que o governo vai manter a política de recomposição de tarifas públicas, mas com o cuidado de evitar que ela permita reajustes de salários de funcionários das estatais acima do crescimento da inflação. O problema é que o crescimento do consumo não pode ser atribuído apenas a esse fator.

Se o atual empuxe ao consumo persistir ou não, é uma questão ainda em aberto. Na realidade, excetuando um maior rigor na cobrança de impostos, o único instrumento de que as autoridades dispõem, neste fim de mandato, é a política de juros, utilizada menos para fins de controle monetário do que como uma forma de deter a especulação. A margem de manobra das autoridades se estreita com o passar do tempo, mas a experiência recente demonstrou que, se é possível, com a economia indexada, conviver com uma inflação de 30%, não é inviável fazê-lo com uma taxa mensal de 35%. O essencial é manter, com firmeza, a política de austeridade, impedindo, a todo custo, o descontrole das finanças públicas.